



**Genética**  
GROUP Tecnologias Ambientais

# *Modelo de* **DEFESA JURÍDICA**



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – ..... – ...../.....**

---

**Auto de Infração Ambiental nº 3048**

---

....., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº ....., situado junto a ....., CEP ....., Município de ....., por seu representante legal, ....., brasileiro, casado, residente junto a ....., com o devido acatamento, comparece na presença de V. Sra. para, apresentar defesa administrativa, referente ao auto já citado, conforme considerações abaixo:

***I – Do auto de infração***

---

A Recorrente foi autuada, por meio do Auto de Infração Ambiental nº 3048, emitido em ..... as 15h30min., sob o argumento de “causar poluição hídrica devido ao lançamento de efluentes líquidos em desacordo com as exigências estabelecidas na legislação ambiental vigente conforme relatório de vistoria 55/2015”, tendo supostamente infringido os seguintes dispositivos legais:

Art. 062, item V do Decreto Federal 6.514/08

Art. 005 da Resolução Conama 430/05

Art. 015 da Resolução Conama 357/05

***II – Dos fatos***

---

A recorrente opera a Indústria ..... junto ao endereço já citado, possuindo para tanto licenciamento ambiental junto a Fatma, bem como cadastro técnico federal junto ao IBAMA.

Desde o final de 2012, a nova diretoria, tem dado atenção especial às ações que envolvam a área ambiental da empresa, prestando esclarecimentos mensalmente ao Ministério Público, enviando inclusive, os laudos laboratoriais de seus efluentes, os quais sempre estiveram dentro dos parâmetros exigidos (laudos anexos).

Ficamos surpresos em receber a notificação desta Fundação, uma vez que estamos monitorando severamente tanto o lançamento de efluentes, quanto o odor, em virtude das reclamações recebidas quando assumimos a Empresa, e, por tratarmos com muita seriedade a questão ambiental em todas nossas unidades de produção.

Trabalhamos na manutenção de todo processo produtivo da empresa para chegar a excelência da produção sustentável uma vez que nossos laudos mensais sempre estiveram não somente dentro do percentual de eficiência exigido, mas também com a qualidade do efluente



desejável em todos os critérios exigidos para que o mesmo possa ser descartado sem prejuízos junto ao corpo receptor. Ressaltamos ainda que o número de amostras analisadas pelo órgão não são conclusivas, pois não foram efetuadas contraprovas, não devendo ser a única indicação de poluição no referido corpo receptor, pois sequer foi relatada a mortandade de espécies da fauna ou flora no local.

### **III – Das sanções: Da multa pecuniária**

---

As sanções aplicadas à recorrente são por demais severas, deixando o Órgão Ambiental de observar as diretrizes legais, uma vez que não foi caracterizado dano algum, não sendo constatada mortandade de espécies da fauna e flora, indicando o agente apenas que houve poluição hídrica no local, baseado em uma única análise laboratorial.

A multa aplicada, no valor de R\$ 750.000,00, onera por demais nossa empresa. Há de se considerar ainda, dentro da Razoabilidade estabelecida nos processos administrativos, aonde poderia ter sido aplicada a sanção de Advertência e ou notificação, para que a mesma apresentasse suas contra razões e a Fundação fizesse a contraprova, mesmo às custas da empresa, para dirimir suas dúvidas.

### **IV - Do requerimento**

---

Assim, diante de tudo o que restou exposto, comparece perante V. Sras. para requerer :

- A- o cancelamento do Auto de Infração Ambiental nº 3048 pelas razões acima expostas,
- B- A transformação da multa em advertência, conforme previsto no Lei Estadual 14.675/2009, em especial em seu artigo 62:

Art. 62. Sempre que de uma infração ambiental não tenha decorrido dano ambiental relevante, serão as penas de multa convertidas em advertência, salvo em caso de reincidência.

Parágrafo único. Dano ambiental relevante é aquele que causa desocupação da área atingida pelo evento danoso, afeta a saúde pública das pessoas do local, ou causa mortandade de fauna e flora.



C- Caso o entendimento da autoridade Julgadora em manter o referido Auto de Infração, solicita a redução de 90% do referido valor, através da assinatura de Termo de Compromisso, conforme previsto no Art 87 da Lei Estadual 14.675/09, sendo que a empresa comprova a não existência do suposto dano ambiental, conforme as análises anexas:

Art. 87. As multas previstas neste Código podem ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de projeto técnico de reparação do dano.

§ 2º A autoridade competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente.

Termos em que, pede e espera deferimento.

....., .....

**A empresa.**